



O enquadramento jornalístico da violência contra a mulher: proposta de análise das notícias da Gazeta do ES

Yara Lopes
Estudante do Programa de Pós-
Graduação em Comunicação e
Territorialidades
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
E-mail: arak.lopes@gmail.com

Orientador(es): Prof Rafael Bellan
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
E-mail: rafaelbellan@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho faz uma breve discussão teórica sobre patriarcado, machismo, violência contra a mulher e seus retratos no jornalismo contemporâneo. Para isso, a proposta é fazer uma análise das matérias de violência contra a mulher veiculadas no jornal A Gazeta do Espírito Santo Online entre março e agosto de 2019, período de seis meses iniciado e terminado em meses com importante significado para essa área, o Dia Internacional da Mulher e criação da Lei Maria da Penha. A proposta da pesquisa em desenvolvimento durante o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo é questionar se o patriarcado e o machismo estão presentes nos conteúdos veiculados pela mídia, uma vez que o jornalismo moderno se posiciona como imparcial, objetivo e até mesmo interessado em questões sociais. A ferramenta metodológica pensada para fazer essas análises é o enquadramento noticioso, com inspiração em Entman (1993) e Porto (2002). Autoras que investigam a temática de gênero, como Saffioti (2015) e Fraser et al (2019) são utilizadas nessa discussão, enquanto o debate sobre o jornalismo e a hegemonia ficam por conta de autores como Genro Filho (1987), Moretzsohn (2002) e Moraes (2010).

Palavras-chave: Jornalismo; enquadramento; violência contra a mulher; patriarcado; machismo.

Segundo dados compilados pela Agência Patrícia Galvão, uma mulher é vítima de estupro a cada 9 minutos, três mulheres são vítimas de feminicídio por dia e uma mulher registra agressão sob Lei Maria da Penha a cada dois minutos. Desde a criação das leis que amparam as mulheres que sofrem violência, esses crimes passaram a ser estampados nos veículos midiáticos. Mas tornar-se notícia não significa necessariamente que o tema é tratado de forma sensível em relação à vítima. Como repórter de televisão que não apenas consome, mas também produz



notícias deste tipo, surgiu o questionamento sobre como essas mulheres e suas histórias são apresentadas pelos veículos de comunicação de massa. O jornal A Gazeta do ES Online foi o veículo de comunicação escolhido para fazer essa pesquisa, em desenvolvimento durante o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo. O recorte temporal entre março – mês quando é celebrado o Dia Internacional da Mulher – e agosto – mês quando foi criada a Lei Maria da Penha – de 2019, pensando em um retrato da contemporaneidade e no momento histórico de volta da ascensão do conservadorismo no Brasil. A escolha para essa análise é da ferramenta metodológica enquadramento jornalístico. O jornalismo é considerado como um território simbólico nesta pesquisa.

Para conseguir fazer essa análise, é preciso primeiro falar teoricamente um pouco da história das mulheres, da opressão de gênero, de patriarcado, hegemonia e jornalismo. A opressão de gênero é definida por Fraser et al (2019) como originária da opressão de classe. Neste contexto, gênero, raça, classe e orientação sexual ditam privilégios na sociedade, que é patriarcal e capitalista. Saffioti (2015) ressalta que, inseridos na sociedade de classes, tanto homens quanto mulheres não se apropriam totalmente do valor do que produzem, mas estas ficam com uma parcela menor do que estes. Moraes (2010) aponta que, na concepção gramsciana, a manutenção dessa hegemonia capitalista, que se dá não apenas nos âmbitos econômicos, mas políticos, culturais e sociais, é possível por meio do exercício de poder de uma classe dominante que consegue angariar apoio ao seu estilo de pensar. Ele destaca a existência de instituições que constituem a sociedade civil e que podem contribuir para a difusão da ideologia dominante, dentre elas os meios de comunicação. Mas se pensarmos nas definições do jornalismo moderno, que segundo Moretzsohn (2002) tenta se colocar como objetivo, imparcial, transparente e até mesmo a favor das questões sociais, a conclusão seria a de que não haveria uma tendência para nenhum lado ou até que misoginia e machismo seriam combatidos, visto que diminuir essa opressão já é evidenciado como uma luta social em nível mundial. Além de autores que discutam gênero, jornalismo e hegemonia, é relevante trazer para a discussão também o conceito de enquadramento, ferramenta metodológica trabalhada por autores como Entman (1993 e 2007) e Porto (2002) na



investigação da produção de sentidos e representações jornalísticas. Para Entman, o enquadramento é uma ferramenta de análise que utiliza saliência e seleção para construir argumentos em relação a algum assunto.

Em relação à violência contra a mulher, Saffioti (2015) define como uma ruptura da integridade, seja ela física, psíquica, sexual ou moral. Em qualquer tipo de agressão, as modalidades emocional e moral aparecem. Destaca também que a dificuldade é conseguir, nos casos de violência doméstica, diferenciar o que a ruptura da integridade e o que é uma obrigação histórica devido ao gênero. Já Fraser et al (2019) define a violência como particularidade da sociedade capitalista, argumentando que este sistema se sustenta em uma mistura de consentimento e coerção. Ressalta que a violência de gênero que está presente com tanta frequência na sociedade atual é resultado tanto dos efeitos do capitalismo quanto das dinâmicas familiares. Assim, a agressão estaria institucionalizada e instrumentalizada como uma forma de controle e poder, em uma hierarquia de gênero, raça e classe. As leis criadas com a justificativa de proteger a mulher também não são vistas como as melhores alternativas. Apesar da compreensão de que as violências descritas na legislação podem não corresponder a toda complexidade de agressões, inclusive simbólicas, elas são a maneira mais palpável de, ao menos inicialmente, abordar o assunto. Tratando-se de jornalismo, a existência dessas leis começou a pautar o noticiário, além de também ser uma forma da comunicação tocar neste assunto. Mas não basta apenas tematizar e fazer a violência contra a mulher ser pauta, a maneira como essa abordagem é feita também deve ser analisada. Ainda em um contexto de comunicação de massa e hegemônica, o enquadramento jornalístico nessas matérias pode auxiliar a compreensão do que ainda se pensa sobre as mulheres e seus problemas.

O Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso (GRUDI) da UFES, apoio Fapes, realizou a coleta em seu laboratório de matérias do site da Gazeta ES Online com as palavras-chave “violência”, “mulher”, “estupro”, “feminicídio”, “marido”, sendo que a escolha do termo marido foi feita devido aos altos índices de crimes de violência contra a mulher cometidos por maridos e ex, assim, o vocábulo contribuiria para a pesquisa dos dados. A coleta resultou em uma tabela com 649 matérias, mas este compilado contava também com matérias de



outros veículos e que a Gazeta apenas republica e coloca créditos, além de matérias que não tinham relação com o objeto da pesquisa, mas que o programa selecionou devido às palavras-chave. Assim, como o interesse é o de estudar o enquadramento jornalístico da Gazeta ES Online nas matérias de violência contra a mulher, foi feita uma limpeza dessa tabela, excluindo tanto o que não estava relacionado ao assunto quanto o que não foi produção do jornal. Assim, a lista foi diminuída para 270 matérias, contando com notícias que relatam estupros, feminicídios, diversas agressões, suítes de casos que repercutiram mais na mídia, como o de Jane Cherubim, e apanhados de números em relação a esse tipo de violência.

A partir desses dados haverá continuidade na pesquisa, dividindo as matérias em categorias e fazendo a análise seguindo os critérios de enquadramento jornalístico. A partir desse processo de seleção das matérias já foi possível perceber que alguns casos recebem muito mais espaço no jornal do que outros, e isso precisa ser estudado. Apesar da Lei Maria da Penha especificar cinco tipos de violência, as matérias retratam em sua maioria casos de violência sexual e feminicídio. Além disso, os títulos das matérias costumam trazer descrições detalhadas dos crimes, apontando um enquadramento bastante gráfico. A continuidade da pesquisa poderá trazer conclusões mais assertivas em relação ao enquadramento jornalístico da violência contra a mulher no Espírito Santo.

Referências Bibliográficas:

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% um manifesto**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

ENTMAN, M. Robert. **Framing Bias: Media in the Distribution of Power**. *Journal of Communication* 57, 2007.

_____. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm**. *Journal of Communication*; Autumn 1993.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora tchê!, 1987.

MORAES, Dênis de. Comunicação, **Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan-jun, 2010

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: O fetiche da velocidade**. Rio

Centro de Artes
UFES



V SEMINÁRIO DE
COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES
Comunicação, Democracia
e Direitos Humanos

25 e 26
de novembro

de Janeiro: Revan: 2002

PORTO, Mauro. **Elementos da Mídia e Política**. ANPOCS, Caxambu/MG, 2002

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Expressão Popular, São Paulo, 2015